

Revista **a** EVOLUÇÃO



**Percebi a força do teatro
com as crianças...**

Alexandre Gatti



Filada à:
ABEC
BRASIL
Associação Brasileira de Editores de Jornais



INTERNATIONAL
SERIAL
NUMBER
DOI: 10.24036/ISSN



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Vilma Maria da Silva

Organização: Manuel Francisco Neto / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.54>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateauneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateauneuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Isac Chateauneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
Lee Anthony Medrado
Vilma Maria da Silva

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 54 (ago. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 182 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral aguardar

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.54

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Colaboradores voluntários em:



São Paulo | 2024

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

7 DESTAQUE

ALEXANDRE GATTI

10 POIESIS

J. Witon

ARTIGOS



SUMÁRIO

1. A MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NO ENSINO SOBRE OS POVOS ORIGINÁRIOS ANDRÉ ALVES DE ALBUQUERQUE	11
2. A RELIGIÃO NA ESCOLA PÚBLICA: UM DESAFIO PARA A DEMOCRACIA ANTONIO RAIMUNDO PEREIRA MEDRADO	19
3. EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA COMO ALIADAS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO FERNANDA JAQUELINA IRINEU HOLANDA	25
4. AS ARTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS E BENEFÍCIOS FRANCINEUMA DE LIMA	31
5. INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES GRAZIELA DE CARVALHO MONTEIRO	37
6. O DIREITO DE ACESSO A UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA HERBERT MADEIRA MENDES	43
7. TRABALHANDO AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL JANAINA PEREIRA DE SOUZA	55
8. PSICOMOTRICIDADE VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL JÉSSICA MIDORI NINOMIYA RIBEIRO	61
9. O IMPACTO DAS ATIVIDADES LÚDICAS NO TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSENEIDE DOS SANTOS GOMES	67
10. GESTÃO ESCOLAR E A COMPLEXIDADE ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO MARIA APARECIDA DA SILVA	73
11. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SUA INFLUÊNCIA NA CULTURA ALIMENTAR E NA CONCEPÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS EDUCADORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO: ANÁLISE HISTÓRICA MARIA DE FÁTIMA DE BRUM CAVALHEIRO	79
12. ARTICULAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE FÁTIMA COSTA ROCHA	89
13. PROPOSTA DE ACTIVIDADES DIDÁCTICAS PARA A PROMOÇÃO DAS "ARTES PLÁSTICAS" NOS ALUNOS DO ENSINO PRIMÁRIO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº 20 "AUGUSTO NGANGULA" EM NDALATANDO MÁRIO ANTÓNIO TULUMBA	95
14. A FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NELSON MARCOS CORREIA PEDRO	109
15. O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO POTÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NO CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO – CEU DE ARICANDUVA DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO ROSELI MARCELLI SANTOS DE CARVALHO	115
16. ENSINO HÍBRIDO: MODELOS, DESAFIOS E BENEFÍCIOS ROSINALVA DE SOUZA LEMES	131
17. BRINCADEIRAS TRADICIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM TRAÇO CULTURAL SILVIA HARUE YOGUI	137
18. CONFLITOS ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA SOBRE A SEXUALIDADE SIMONE DE CÁSSIA CASEMIRO BREMECKER	143
19. MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS SOBRE AS COMPETÊNCIAS DE APRENDIZAGEM NOS ALUNOS DA 6ª CLASSE NA PROVÍNCIA DO UÍGE TAVARES DOS SANTOS MUHONGO	151
20. AS DIFICULDADES DE CRIANÇAS HIPERATIVAS E AS INTERVENÇÕES DOCENTES VIVIANE DE CÁSSIA ARAUJO	159
21. IMPLICAÇÕES DA RELAÇÃO SAUDÁVEL ENTRE PROFESSORES E ALUNOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM WILDER DALA QUINJANGO	165
22. O DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE E A PSICANÁLISE WIVIAN LINARES DE SOUZA	171

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é mais do que uma revista, é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

Filiada à: _____



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SUA INFLUÊNCIA NA CULTURA ALIMENTAR E NA CONCEPÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS EDUCADORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO: ANÁLISE HISTÓRICA

MARIA DE FÁTIMA DE BRUM CAVALHEIRO¹

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a ROSEMARY ROGGERO²

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise histórica das políticas públicas educacionais de alimentação escolar existentes no país e, em particular, na cidade de São Paulo. O objetivo central é investigar essas políticas em sua relação com a cultura alimentar e a concepção de alimentação saudável dos educadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Os dados foram obtidos por meio de análise documental histórica dos dispositivos legais que fundamentam as políticas educacionais de alimentação escolar, e informações obtidas por meio de grupos focais com educadores, a fim de identificar sua cultura alimentar e sua concepção de alimentação saudável. Pretende-se, com base nos resultados encontrados, fornecer subsídios para o fortalecimento do Programa de Alimentação Escolar do Município de São Paulo, bem como para o aprimoramento e promoção de ações de Educação e Alimentação Nutricional. É premissa deste estudo a importância de educar para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, tendo a escola como um local propício para a Educação Alimentar e Nutricional (EAN). A hipótese de que as políticas públicas de alimentação escolar, ao longo de sua história, têm a capacidade de moldar os aspectos teórico-práticos da alimentação nas escolas, parte dessa premissa, mas também a pluralidade cultural de educandos e educadores, nesse aspecto da vida. Outra hipótese pressupõe que o desenvolvimento das políticas públicas e o direcionamento adequado da EAN no currículo escolar têm um impacto importante sobre as práticas e atitudes dentro da escola em relação à alimentação, mas precisa ser constantemente fortalecida, abrangendo necessariamente, o corpo docente e discente. A investigação examina essas interações em uma perspectiva histórica, visando contribuir para um entendimento mais abrangente e informado das políticas públicas nessa área tão sensível da alimentação escolar.

Palavras-chave: Alimentação Saudável. Gestão Educacional. Política Pública de Alimentação Escolar. Rede Pública de Educação de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como foco a análise histórica das políticas públicas de alimentação escolar na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP) e sua influência na cultura

alimentar e na concepção de alimentação dos educadores. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) desempenham papéis fundamentais nesse contexto, buscando promover o Direito Humano à Alimentação

1 Graduada em Educação Física e Pedagogia. Pós-graduada em história da Arte, Arte e Educação e Gestão e Planejamento Escolar, atualmente exerce a função de Gestora do CEU Vila Curuça. Atua na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo há 35 anos, onde já Exerceu, dentre outras, a função de Diretora Regional de Educação na DRE São Mateus, Coordenadora da Coordenadora dos CEUs e Coordenadora na Coordenadoria de Alimentação Escolar.

2 Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Rosemary Roggero. Ex-secretária de Educação do Município de Mogi das Cruzes e Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Adequada (DHAA), a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a alimentação saudável e a conscientização sobre práticas nutricionais entre os estudantes (OLIVEIRA, SILVA, 2018; FERREIRA, ALVES, MELLO, 2019).

Busca-se a compreensão das políticas educacionais e de alimentação escolar ao longo do tempo, analisando a evolução das diretrizes, regulamentos e programas relacionados em âmbito nacional e também no campo do município de São Paulo. Além disso, são investigadas as concepções de alimentação saudável e a cultura alimentar dos educadores, destacando o papel importante que desempenham na promoção de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis entre seus estudantes (SANTOS, 2018).

Este estudo visa contribuir não apenas para o conhecimento acadêmico do campo, mas também informa o aprimoramento contínuo do Programa de Alimentação Escolar (PAE) da cidade de São Paulo e a promoção de ações de EAN – entre outras políticas públicas associadas à formação humana da cidadania paulistana.

A questão central que este artigo busca abordar gira em torno do fato relacionado à análise histórica de como as políticas públicas de AE e a EAN têm evoluído ao longo do tempo e quais têm sido os impactos na cultura alimentar e nas concepções de alimentação saudável dos educadores que atuam nas escolas da rede pública de ensino, tendo como elemento relevante a necessidade de compreensão e potencialização da interseção entre as políticas públicas educacionais, a AE e a influência dos educadores na formação de hábitos alimentares dos estudantes. A questão também está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de políticas públicas que viabilizem a promoção da alimentação adequada e saudável e, complementarmente, ao fortalecimento de programas como o PAE, em São Paulo.

O objetivo geral é investigar as políticas públicas de alimentação escolar e sua relação com a cultura alimentar e a concepção de alimentação saudável dos educadores da RME-SP.

Os objetivos específicos são os seguintes: analisar a história da educação pública relacionada à alimentação escolar numa perspectiva documental; verificar mudanças na estrutura, organização e diretrizes da educação pública/alimentação escolar; identificar políticas públicas e programas de alimentação e nutrição escolar que contribuíram para o avanço da alimentação saudável entre os estudantes da Educação Infantil; conhecer as concepções sobre alimentação de educadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e de que forma incide na formação educacional de seus alunos.

Assim, este artigo se desdobra em quatro seções, a saber: a introdução; o histórico da alimentação escolar entre 1910 – 1940; alimentação de crianças – entre histórias e políticas públicas da merenda escolar; tempo e experiência em benjamin e conclusão.

HISTÓRICO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ENTRE 1910 – 1940

A alimentação escolar é um componente essencial para o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional dos estudantes. Este capítulo item do artigo oferece uma análise detalhada do histórico da alimentação escolar, explorando tanto a perspectiva nacional quanto municipal, com foco na Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE). Ao longo deste capítulo, serão abordados aspectos relacionados à estrutura física e material, recursos financeiros, pessoal, organização e funcionamento da CODAE, bem como a sua relevância pedagógico-didática e assistência aos servidores. Este capítulo busca oferecer uma visão abrangente e aprofundada sobre a temática, contribuindo para o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes e inclusivas no contexto educacional.

De saída, é importante destacar que o processo histórico da alimentação escolar têm relação com o modo como os entes federativos interagem na criação e desenvolvimento das Políticas, e de que forma vão induzindo políticas programas específicos para a Rede Municipal de São Paulo.

Já nos primeiros anos do século, o Brasil enfrentava graves problemas de saúde pública, o que propiciou o surgimento das primeiras iniciativas governamentais relacionadas com alimentação e nutrição, que contribuíram para a posterior construção do PNAE. Essas iniciativas surgiram por meio de mobilizações sociais para angariar fundos para o abastecimento das escolas com a alimentação escolar (AE) (SANTOS, 2018). A proposta defendia o fornecimento regular da alimentação escolar, mas não foi efetivada devido à falta de recursos governamentais (SANTOS, 2018). Ainda assim, o governo reconheceu a relevância da AE na retenção dos estudantes e na redução da desnutrição infantil (SANTOS, 2018).

Entre as mobilizações populares, destacam-se o “Movimento Contra a Carestia” (1914), os “Comitês de Combate à Fome” (1918) e a “Marcha da Fome” (1930) (LIMA et al., 2023). Um reflexo dessa análise mobilização foi a criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), em 1945, durante o governo de Getúlio Vargas, que possuía uma parte dedicada à AE (CUNHA, STEDFELDT, 2019; MELO, 2021). Globalmente, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) foi instituído no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (MARCHIONI, BÓGUS, 2022).

DÉCADA DE 1950

A década de 1950 marcou a fase de gênese e institucionalização da AE (LIMA et al., 2023). Com a colaboração de Josué de Castro, deputado federal e presidente do conselho da ONU para Agricultura Familiar, o tema da fome tornou-se mais latente (SANTOS, 2018). Nesse contexto, foi institucionalizada a Campanha de Merenda Escolar (CME) pelo Decreto nº 37/106/1955, no âmbito do MEC (SANTOS, 2018; LIMA et al., 2023). Parcerias foram firmadas com organismos internacionais, como o FISI/UNICEF e a CCC, que influenciaram o caráter assistencialista e prejudicial à soberania alimentar brasileira (MELO, 2021).

O FISI distribuía doações de leite em pó, margarina e cápsulas de vitaminas para crianças,

mães lactantes e gestantes em países latino-americanos (LIMA et al., 2023). O governo brasileiro complementava as refeições com alimentos ultraprocessados fortificados com nutrientes, conhecidos como “alimentos racionais” (LIMA et al., 2023). Em 1956, sob a presidência de Juscelino Kubitschek, a CME teve seu nome alterado para Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) e foi criado um fundo para financiar as iniciativas de AE (BRASIL, 1956a; BRASIL, 1956b). A campanha, de caráter assistencialista e clientelista, priorizava crianças com maior índice de desnutrição e fornecia produtos ultraprocessados, contrariando as diretrizes de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) (SANTOS, 2018; LIMA et al., 2023).

DÉCADA DE 1960

Em 1961, surgiu o Programa Alimentos para Paz, voltado para o fornecimento de alimentos para a AE e o desenvolvimento rural, vinculado à Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID). (LIMA et al., 2023) Em 1965, a CNME passou a ser chamada de Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), que marcou a consolidação institucional e nacionalização da AE (LIMA et al., 2023). Em 1966, houve a redução das doações internacionais, exigindo que o governo federal comprasse produtos nacionais para a AE (SANTOS, 2018; LIMA et al., 2023). Em 1968, foi criado o FNDE, responsável pelo planejamento de cardápios, compra e distribuição de alimentos (SANTOS, 2018).

DÉCADA DE 1970

Em 1970, a AE ainda era baseada em produtos ultraprocessados. Em 1972, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), que baseou o PRONAN, voltado para aprimorar a situação alimentar e nutricional da população (LIMA et al., 2023). Em 1973, foi lançada a Caracterização Operacional da Merenda Escolar Brasileira (COMEB), que começou a indicar as necessidades nutricionais a serem atendidas pela AE (LIMA et al., 2023). Em

1976, foi instituída a suplementação alimentar para educandos do ensino fundamental e pré-escola, e a inserção de produtos in natura na AE foi preconizada, mas barrada pela pressão da indústria alimentícia (LIMA *et al.*, 2023).

Em 1979, o CME foi consolidado como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelecendo a intenção de suprir de 15 a 30% das necessidades alimentares diárias dos estudantes (SANTOS, 2018; CUNHA, STEDEFELDT, 2019). A década foi marcada por crises econômicas globais, como a Crise do Petróleo, que resultaram em inflação e insegurança alimentar no Brasil (MARINGONI, 2011; CUNHA, STEDEFELDT, 2019).

A evolução da abordagem governamental em relação à AE foi fortemente influenciada pelos movimentos sociais, que advogaram pela inclusão da AE como um direito fundamental, promovendo políticas públicas que não apenas suprissem a carência alimentar, mas também a qualidade nutricional, aprendizado e bem-estar dos estudantes (LIMA *et al.*, 2023; SILVA, 2022).

DÉCADA DE 1980

No início da década, em 1981, ocorreu a extinção da CNAE, que foi substituída pelo Instituto Nacional de Assistência ao Estudante (INAE) (LIMA *et al.*, 2023). Esse instituto provocou mudanças na condução da AE no Brasil, por possuir atuação descentralizada, sendo responsável pela programação, financiamento e avaliação dos programas de apoio ao estudante, nos estados e municípios brasileiros (NERO, GARCIA, JUNIOR, 2022). No cenário descrito, a responsabilidade pela aquisição, armazenamento, distribuição e incentivo à produção de alimentos estava a cargo de várias entidades, incluindo Companhia Brasileira de Abastecimento (COBAL), da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), por meio de um convênio. Ademais, o financiamento do PNAE vinha de fontes como o Tesouro Nacional, o Fundo de Apoio de Desenvolvimento Social (FAS), o Sistema

Bancário Federal (SBF) e a Financiadora de Estudos e Projetos S.A. (FINEP) (LIMA *et al.*, 2023).

DÉCADA DE 1990

A década de 1990 foi marcada por mobilizações populares e institucionais no tocante ao estado latente de insegurança alimentar e nutricional em que o Brasil se encontrava (SILVA, 2022). Em 1994, com a promulgação da Lei nº 8.913, foi instituída a descentralização da gestão dos recursos do PNAE, originalmente centralizada em nível nacional (BRASIL, 1994; SANTOS, 2018; CUNHA, STEDEFELDT, 2019). Essa descentralização configurou a transferência automática dos recursos do programa, o que garantiu maior agilidade no processo de execução do PNAE (SANTOS, 2018; CUNHA, STEDEFELDT, 2019). De forma prática, o programa começou a ser gerenciado por entidades executoras, em vez da Federação (CUNHA, STEDEFELDT, 2019). O papel do Estado passou a se concentrar na formulação e regulamentação de políticas relacionadas à alimentação e nutrição, bem como no controle e monitoramento da implementação, em nível local (CUNHA, STEDEFELDT, 2019).

Além disso, também em 1994, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi instituído, mas logo foi desativado em 1995 (SANTOS, 2018). No mesmo ano de 1995, é importante destacar que o orçamento do PNAE era de R\$ 590,1 milhões e atendia 33,2 milhões de alunos (CUNHA, STEDEFELDT, 2019). Além disso, ao final da década, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição foi criada (PNAN) (BRASIL, 2013).

DÉCADA DE 2000

Em 2006, uma importante mudança foi estabelecida, com a obrigatoriedade da presença de nutricionistas e funcionários capacitados em todas as unidades de execução do PNAE, visando garantir a qualidade e adequação das refeições escolares (BRASIL, 2006).

No ano seguinte (em 2007), é importante destacar o início da parceria entre o FNDE e instituições federais de ensino superior – parceria essa que tem como finalidade estabelecer uma rede colaborativa construída em torno da produção de conhecimento, educação permanente, devolutiva para a sociedade e instrumentos de monitoramento do PNAE (CUNHA, STEDEFELDT, 2019). De maneira associada - também neste ano - foi instituído o Programa Saúde na Escola (PSE), que estabeleceu a articulação permanente entre secretarias de saúde e educação, o que prevê o perfil também pedagógico do PNAE – demarcado, por exemplo, pelas ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) (BRASIL, 2007; LIMA, *et al.* 2023).

DÉCADA DE 2010

Na década de 2010, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passou por uma série de desenvolvimentos e mudanças significativas (SANTOS, 2018). Um aspecto fundamental a ser destacado é que o PNAE passa a atender de forma universal e contínua mais de 41,5 milhões de estudantes da educação básica em todo o país, desempenhando um papel crucial na promoção da nutrição e educação alimentar (FNDE, 2023).

No ano de 2013, a Resolução N° 38, de 16 de julho de 2009, foi revogada pela Resolução n° 26, de 17 de junho de 2013, fortalecendo a implementação de ações em EAN e enfatizando a presença da AF no fornecimento de alimentos ao programa (SANTOS, 2018). Outra mudança ocorreu no ano de 2014, quando a Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009 foi alterada pela Lei 12.982, de 28 de maio de 2014; essa lei determina o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica, regulamentando a implantação dos cardápios especiais (BRASIL, 2014b).

DÉCADA DE 2020 – PANDEMIA DE COVID-19 EM SÃO PAULO

Na década de 2020, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) enfrentou

desafios relacionados à pandemia de Covid-19, no Brasil. A suspensão das atividades escolares afetou diretamente os agricultores familiares e os estudantes de famílias vulneráveis. Antes da pandemia, o Município de São Paulo já havia superado a porcentagem mínima exigida em lei para aquisições de produtos da AF no PNAE, mas enfrentava impasses na execução, como a falta de documentação adequada (SALGADO, DEGROSSI, 2022).

Durante a suspensão das aulas, houve esforços para resolver os desafios, incluindo a busca por alternativas para a comercialização dos produtos da AF e a alimentação dos estudantes. No entanto, a demora na definição das novas regras resultou em perdas de produção e falta de atendimento aos alunos em situação de insegurança alimentar (SALGADO, DEGROSSI, 2022).

ANÁLISE NO CONTEXTO DA PESQUISA

No âmbito empírico, a pesquisa iniciou com a aplicação de um questionário sobre a influência da cultura e da concepção de alimentação dos educadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP) na Alimentação Escolar. As respostas de docentes que participaram da formação de Professores de Educação Infantil fornece insights elementos valiosos sobre a relação entre as políticas públicas de alimentação escolar e a cultura alimentar, bem como a influência desses fatores na concepção de alimentação dos educadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

Os resultados revelam que a maioria dos educadores não teve uma formação acadêmica que abordasse a temática da Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Isso destaca uma lacuna no preparo desses profissionais em relação à educação alimentar, que é uma parte fundamental do contexto escolar. Essa lacuna na formação pode ser um reflexo da história das políticas públicas de alimentação escolar, que nem sempre enfatizaram a importância da EAN, por um lado. Por outro lado, podemos pensar em quantos elementos da vida social

contemporânea se mostram cada vez mais relevantes de serem apresentados e trabalhados, desde a educação infantil, e que revelam uma necessidade de se repensar o currículo em todas as etapas da educação, incluindo a formação de professores – o que se mostra temática muito mais ampla e que foge ao escopo deste artigo.

Além disso, a pesquisa demonstra que muitos educadores não participaram de formações em Educação Alimentar e Nutricional, o que indica a necessidade de promover programas de formação nessa área, pensando a capacitação docente para o tema. Isso também está relacionado à história das políticas de alimentação escolar, apresentada acima, que nunca propôs a formação dos educadores nesse campo.

Os desafios enfrentados pelos educadores no momento das refeições na escola são diversos e incluem questões como o tempo insuficiente, resistência dos alunos (e até mesmo dos docentes) a novos sabores e o desperdício de alimentos. Entende-se que esses desafios estejam intimamente relacionados à gestão educacional das políticas públicas de alimentação escolar, que influenciam o cardápio, a disponibilidade de tempo e os recursos para a alimentação nas escolas.

A pesquisa também aponta que a relação dos educadores com a alimentação pode afetar sua possibilidade de influenciar os hábitos alimentares das crianças na escola, uma vez que pouco participam do momento da alimentação das crianças, tendo em vista coincidir com seu intervalo de trabalho. Isso sugere que a formação e a conscientização dos educadores sobre a importância da EAN podem ter um impacto significativo na promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Além disso, os resultados destacam a importância de reconhecer e respeitar a diversidade de culturas de alimentação das crianças, bem como a necessidade de promover uma alimentação saudável. Essa ênfase na diversidade cultural e na alimentação saudável

está alinhada com a Resolução 06/8 de maio de 2020, que estabelece diretrizes para a alimentação escolar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e busca promover uma alimentação saudável e adequada aos educandos.

A pesquisa também mostra que a maioria dos educadores acredita que a existência de um Programa de Alimentação Escolar é importante. Isso ressalta a influência positiva das políticas públicas que buscam garantir o acesso à alimentação saudável nas escolas.

A valorização das diferentes culturas, saberes e modos de produção e consumo de alimentos por parte dos educadores é um aspecto fundamental para a promoção de uma alimentação inclusiva e culturalmente sensível. Essa valorização está em consonância com as políticas públicas que buscam diversificar o cardápio escolar e promover uma alimentação que respeite as tradições alimentares.

A análise das respostas do questionário revela a importância das políticas públicas de alimentação escolar na formação dos educadores e na promoção de hábitos alimentares saudáveis nas escolas. Essas políticas desempenham um papel significativo na cultura alimentar e na concepção de alimentação dos educadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Elas destacam a necessidade de políticas que enfatizem a formação dos educadores em Educação Alimentar e Nutricional, promovam a diversidade cultural na alimentação escolar e incentivem práticas que valorizem a alimentação saudável e a educação alimentar.

As pessoas ligadas diretamente com a prevenção da obesidade são os médicos, pais, nutricionistas e professores. Os pais são de extrema importância para o desenvolvimento de um estilo de vida da criança, pois eles influenciam diretamente tanto nos hábitos alimentares como na atividade física, portanto o papel da família é fundamental para o cuidado com esses aspectos.

A prevenção da obesidade implica aumentar o gasto energético com a diminuição de hábitos sedentários e o aumento de exercícios físicos, pois esses fatores são determinantes para o equilíbrio do peso; uma alimentação adequada em ambiente escolar é relevante para esse processo.

ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS – ENTRE HISTÓRIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DA MERENDA ESCOLAR

TEMPO E EXPERIÊNCIA EM BENJAMIN

Na modernidade, o tempo tornou-se uma dimensão quantificável e utilitária, regida pela eficiência e produtividade. No entanto, já nos anos 1930, Benjamin via o brincar como uma forma de resistência a essa concepção linear do tempo. Ao se envolverem em atividades lúdicas, as crianças escapam da rigidez do tempo cronológico e mergulham em um tempo mais fluido e imaginativo. Nesse sentido, o brincar permite que as crianças experimentem diferentes ritmos, explore diferentes espaços e vivenciem um tempo não dividido em minutos e horas, mas sim em aventuras e descobertas.

Para Benjamin, a experiência autêntica era fundamental na compreensão do tempo e da história. Tanto o brincar quanto o contar histórias oferecem experiências vivenciais que são genuínas e significativas. No brincar, as crianças exploram o mundo com todos os seus sentidos, enquanto no contar histórias, os ouvintes são imersos em narrativas que despertam emoções e reflexões profundas. Essas experiências vivenciais não apenas enriquecem o presente, mas também contribuem para a construção de uma memória coletiva e para a compreensão mais profunda da condição humana ao longo do tempo.

Para Walter Benjamin, a noção de tempo e experiência era central em sua análise da modernidade e suas implicações na vida cotidiana. Ele estava preocupado com a forma como o tempo era percebido e vivenciado nas sociedades modernas, em que o ritmo acelerado da vida industrial e a ênfase na eficiência

transformavam a experiência temporal das pessoas.

Benjamin via o brincar como uma forma de resistência ao tempo linear e utilitário da vida moderna. Enquanto o mundo adulto estava cada vez mais sujeito a horários rígidos e demandas produtivas, o espaço do jogo oferecia às crianças uma ruptura com essa lógica temporal. No brincar, as crianças podiam explorar diferentes ritmos, mergulhar em espaços imaginários e vivenciar um tempo mais fluido e livre das pressões da produtividade. Nesse sentido, o brincar representava uma forma de resistência à instrumentalização do tempo na modernidade, permitindo que as crianças experimentassem uma temporalidade mais autêntica e significativa.

É que as crianças são especialmente inclinadas a buscarem todo local de trabalho onde a atuação sobre as coisas se processa de maneira visível. Sentem-se irresistivelmente atraídas pelos detritos que se originam da construção, do trabalho no jardim ou em casa, da atividade do alfaiate ou do marceneiro. Nesses produtos residuais elas reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e somente para elas. Neles, estão menos empenhadas em reproduzir as obras dos adultos do que em estabelecer entre os mais diferentes materiais, através daquilo que criam em suas brincadeiras, uma relação nova e incoerente. Com isso as crianças formam seu próprio mundo de coisas, um pequeno mundo inserido no grande. Dever-se-ia ter sempre em vista as normas desse pequeno mundo quando se deseja criar premeditadamente para crianças e não se prefere deixar que a própria atividade – com tudo aquilo que é nela requisito e instrumento – encontre por si mesma o caminho até elas. (BENJAMIN, 2002, p. 103-104)

Da mesma forma, o ato de contar histórias proporcionava uma experiência narrativa que transcendia o tempo presente. Benjamin via as narrativas como uma forma de conectar o passado, o presente e o futuro, criando uma continuidade temporal que ia além da linearidade cronológica. Ao ouvir ou contar histórias, as pessoas podiam mergulhar em mundos imaginários, reviver memórias do passado e antecipar possibilidades futuras. Esse aspecto da narrativa tornava-se especialmente

importante em uma era de rupturas históricas e descontinuidades, como a modernidade, onde a sensação de temporalidade fragmentada podia ser mitigada pela experiência narrativa que oferecia uma sensação de continuidade e conexão com o tempo.

Segundo Benjamin, a autenticidade da experiência era fundamental para a compreensão do tempo e da história. Tanto o brincar quanto o contar histórias ofereciam experiências vivenciais que eram genuínas e significativas. No brincar, as crianças experimentavam o mundo de forma sensorial e imersiva, enquanto no contar histórias, os ouvintes eram transportados para universos narrativos que despertavam emoções e reflexões profundas. Essas experiências vivenciais eram valorizadas por Benjamin como formas autênticas de interação com o tempo, pois permitiam que as pessoas se conectassem com sua humanidade de maneira mais profunda e visceral.

Hoje talvez se possa esperar uma superação efetiva daquele equívoco básico que acreditava ser a brincadeira da criança determinada pelo conteúdo imaginário do brinquedo, quando, na verdade, dá-se o contrário. A criança quer puxar alguma coisa e torna-se cavalo, quer brincar com areia e torna-se padeiro, quer esconder-se e torna-se bandido ou guarda. (BENJAMIN, 2002, p. 93)

A abordagem de Walter Benjamin permite pensar no quanto as práticas alimentares na infância, muitas vezes, envolvem rituais associados às refeições, como sentar-se à mesa com a família em horários específicos, rezar antes das refeições ou seguir certos hábitos alimentares tradicionais (ou não). O autor entendia que esses rituais criavam uma experiência temporal única, onde o momento da refeição transcende a mera ingestão de alimentos e se torna uma oportunidade para conectar-se com o passado, vivenciar o presente e antecipar o futuro. Essa dimensão temporal reflete a ideia de que as experiências vividas no presente estão imersas em uma continuidade histórica mais ampla.

Ainda que não se queira idealizar a vida contemporânea das famílias, muitas das quais mal conseguem saber o que é fazer uma refeição completa alguma vez ao dia, o ritmo das refeições na infância, como a hora das refeições cria um tempo compartilhado onde as pessoas se reúnem para compartilhar não apenas alimentos, mas também conversas, histórias e experiências. Esse tempo compartilhado é uma forma de experiência temporal coletiva, onde as crianças podem aprender sobre valores de convivência, tradições culturais e normas sociais. Nesse sentido, as práticas alimentares na infância não apenas alimentam o corpo, mas também nutrem a alma, proporcionando oportunidades para conexão humana e desenvolvimento psicossocial, ao longo do tempo.

Ao correlacionar as práticas alimentares na infância com o conceito de tempo e experiência de Walter Benjamin, quer-se defender a tese de como essas práticas não apenas sustentam o corpo, mas também podem enriquecer a vida das crianças ao possibilitar uma experiência rica, conectada com a memória, a cultura e a interação social. Nesse sentido, para milhões de crianças, a alimentação escolar pode desempenhar um papel crucial no ambiente educativo, indo além da simples nutrição para se tornar uma parte integrante da experiência educacional das crianças.

CONCLUSÃO

A análise evidencia como a evolução das diretrizes da educação pública e da alimentação escolar se alinha com os avanços nas políticas nutricionais e educativas. Programas de alimentação e nutrição escolar, desenvolvidos e implementados ao longo das décadas, contribuíram substancialmente para o progresso na qualidade da alimentação oferecida aos alunos da Educação Infantil, refletindo um compromisso contínuo com a saúde e o bem-estar das crianças.

Ao identificar as concepções dos educadores da RME-SP sobre alimentação saudável, observa-se que suas percepções e

práticas têm um impacto direto na formação educacional dos alunos.

O estudo conclui que as políticas públicas de alimentação escolar, juntamente com a conscientização e o engajamento dos educadores, são elementos fundamentais para a promoção de uma alimentação saudável nas escolas municipais de São Paulo.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação** (M. V. Mazzari, trad.). São Paulo, SP: Duas Cidades, 2002.
- BRASIL. **Decreto nº 39.263**, de 29 de maio de 1956. 1956a. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=40052&ano=1956&ato=0e9ETWq1EMNRVT271>. Acesso em 27 mar. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 40.052**, de 01 de outubro de 1956. 1956b. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=40052&ano=1956&ato=0e9ETWq1EMNRVT271>. Acesso em 27 mar. 2024.
- CUNHA, Diogo, STEDEFELDT, Elke. Programas em Alimentação Coletiva. In: POLTRONIERI, Fabiana, ROSSI, Luciana. **Tratado de Nutrição e Dietoterapia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
- FERREIRA, Helen; ALVES, Rodrigo; MELLO, Sílvia. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, v. 22, n. 44, p. 90-113, 2019.
- LIMA, Débora et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): marcos históricos, políticos e institucionais que influenciaram a política nos seus quase 70 anos de existência. *Revista de Alimentação e Cultura das Américas*, v. 4, n. 1, p. 20-44, 2023.
- MARCHIONI, Dirce; BÓGUS, Cláudia. O Direito Humano à Alimentação Adequada como Diretriz de Políticas Públicas. *Jornal da Universidade de São Paulo*, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-como-diretriz-de-politicas-publicas/>. Acesso em 20 de mar. 2024.
- MARINGONI, Gilberto. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Petróleo – Crise e dilemas*. Publicado em 27 de julho de 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/publicacoes/2011/07/petroleo-crise-e-dilemas>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.
- MELO, Milena. O Joio e o Trigo. Da Política ao Prato: entenda a história da merenda escolar. Publicado em 25 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2021/02/da-politica-ao-prato-entenda-a-historia-da-merenda-escolar/>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- OLIVEIRA, Tamara; SILVA, Nádia. O Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo do seu histórico e aplicabilidade na educação. In: Congresso Nacional de Educação. 2018. p. 1-10.
- SANTOS, Deborah Maria dos. A alimentação escolar como estratégia de educação alimentar e nutricional: uma revisão da literatura. 2018. 46 f. TCC (Graduação) – Universidade Federal de Pernambuco, CAV, Bacharelado em Nutrição, 2018. Vitória de Santo Antão, 2018. Disponível em: <https://maiscursoslivres.com.br/cursos/nutricao-escolar-apostila03.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- SALGADO, Bárbara; DELGROSSI, Mauro. Segurança

Alimentar e PNAE: o que mudou durante a pandemia? *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 29, p. e022005-e022005, 2022.

BRASIL. Lei nº 12.982/2014. 2014b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2014/l12982.htm. Acesso em: 26 mar. 2024.

FNDE. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 2023. Disponível em: <https://www.fnpe.org.br/>. Acesso em: 25 mar. 2024.



Revista **a EVOLUÇÃO** Nº 54 Maio 2018 ISSN 2675-2573

Percebi a força do teatro com as crianças...
Alexandre Gatti

www.primeiraevolucao.com.br

ABEC INI Crossref

doi <https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.54>

ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

André Alves de Albuquerque
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Fernanda Jaquelina Irineu Holanda
Francisca Francineuma de Lima
Graziela de Carvalho Monteiro
Herbert Madeira Mendes
Janaina Pereira de Souza
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
Joseneide dos Santos Gomes
Maria Aparecida da Silva
Maria de Fátima Costa Rocha
Maria de Fátima de Brum Cavalheiro
Mário António Tulumba
Nelson Marcos Correia Pedro
Roseli Marcelli Santos De Carvalho
Rosinalva de Souza Lemes
Sílvia Harue Yogui
Simone de Cássia Casemiro Bremecker
Tavares dos Santos Muhongo
Viviane de Cássia Araujo
Wilder Dala Quinjango
Wivian Linares de Souza



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

